



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO IV DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 1/2022 – MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo n. 0003171-82.2021.4.01.8012)

CONTRATO N. ____/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E A EMPRESA _____ PARA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO IMOBILIÁRIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, DAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS E DA UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho – RO, representada pelo Diretor Substituto da Secretaria Administrativa, Senhor LUZIVAL CORREIA FERREIRA, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJRO-Diref 10470754.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 61.383.493/0001-80, sediada na _____, telefones _____/_____, e-mail _____, representada pelo (a) _____, Senhor (a) _____, e pelo (a) _____, Senhor (a) _____, de acordo com a representação outorgada por estatuto social e eleição, id. _____.

REPRESENTANTE RESPONSÁVEL: _____, telefone _____, e-mail _____.

Nesta data, as partes acima qualificadas, celebram o presente Contrato, instruído nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n. 0003171-82.2021.4.01.8012, decorrente do Pregão Eletrônico n. 8/2021, e em observância às disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem como objeto a prestação dos serviços de seguro, sem franquia principal, para os imóveis sedes da Justiça Federal em Porto Velho (edifício-sede, estacionamento, anexos I e II), Ji-Paraná (edifício-sede, estacionamento e arquivo judicial), Guajará-Mirim e Vilhena, incluindo o seu conteúdo

(equipamentos, mobiliário e outros materiais) contra o risco eventual e imprevisto de ocorrência de sinistros (incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2022, id. ____; na proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, id. ____; e na futura apólice de seguro, os quais vinculam esse instrumento, independentemente de transcrição.

§ 1º Os imóveis segurados são os constantes na tabela abaixo:

IMÓVEL	DESCRIÇÃO DETALHADA
1	<p>Seguro predial do edifício sede da Seção Judiciária de Rondônia, incluindo a Subestação de energia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, 76.805-902.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade do órgão (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>- Valor Segurado: R\$ 23.707.685,79, incluindo bens.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 10.000,00:</p> <p>- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Alagamento e inundações: até 10% do valor segurado;</p> <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro desde 26/02/2015.</p> <p><u>Apólice atual n. 1800718733</u> – SOMPO SEGUROS S.A.</p>

2	<p>Seguro predial do estacionamento do edifício sede da Seção Judiciária de Rondônia (imóvel contínuo ao prédio sede), localizado entre Rogério Weber e Av. Presidente Dutra, s/n, Quadra 62, Lote 208 (antigo 169), Setor 03 – Baixa da União, Porto Velho/RO, 76.805-902.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Estacionamento exclusivo para o público interno.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 1.282.023,64. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado; - Alagamento e inundações: até 10% do valor segurado; <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Sem seguro.</p>

3	<p>Seguro predial do edifício sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, Av. Presidente Vargas, n. 925, esquina com Av. Marechal Rondon – Centro, em Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900-038.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade do órgão (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 5.658.798,61, incluindo bens. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>O prédio ocupado anteriormente pela Justiça Federal em Ji-Paraná foi segurado ininterruptamente sem sinistro desde 2006 e o atual desde 12/02/2019, sendo segurando atualmente pela <u>apólice n. 1800718733</u> – SOMPO SEGUROS S.A.</p>

4	<p>Seguro predial do imóvel da Subseção Judiciária de Ji-Paraná – estacionamento e o arquivo judicial, localizado na Rua Júlio Guerra, Lote n. 01-A, Quadra 19, esquina com Av. Clóvis Arraes – Centro, em Ji-Paraná/RO, 76.900-044.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Estacionamento e Arquivo Judicial sem atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 1.363.756,00, incluindo bens. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>O prédio ocupado anteriormente pela Justiça Federal em Ji-Paraná foi segurado ininterruptamente sem sinistro desde 2006 e o atual desde 12/02/2019, sendo segurando atualmente pela <u>apólice n. 1800718733</u> – SOMPO SEGUROS S.A.</p>
---	---

5	<p>Seguro predial do edifício sede da Subseção Judiciária de Vilhena, Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196 – Jardim Eldorado, Vilhena/RO, 76.980-000.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade do órgão (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 2.413.181,38, incluindo bens. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro desde 11/11/2014.</p> <p><u>Apólice atual n. 1800718733</u> – SOMPO SEGUROS S.A.</p>
6	<p>Seguro predial do edifício Anexo I – Getúlio Vargas (Seção Judiciária do Estado de Rondônia) em Porto Velho localizado na Av. Getúlio Vargas, n. 2891 – São Cristóvão, Porto Velho/RO, 76.804-061.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Arquivo Judicial sem atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 1.795.652,55, incluindo bens. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro de 06/12/2016 a 12/02/2021.</p> <p>Atualmente sem seguro.</p>

7	<p>Seguro predial do edifício Anexo II – Ipase Novo (Seção Judiciária de Rondônia) em Porto Velho localizado na Rua Itália, n. 2.218 – Bairro Ipase Novo, Porto Velho/RO, 76.801-566.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Depósito de bens e materiais sem atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 507.523,98. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro de 06/12/2017 a 12/02/2021.</p> <p>Atualmente sem seguro.</p>

8	<p>Seguro predial do edifício sede da Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim – UAA/GUM e da Polícia Federal, Av. Duque de Caxias, 2409 – Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO, 76.850-000.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade dos órgãos ocupantes, Justiça Federal (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) e Polícia Federal (atividade meio – administrativo e atividade fins), com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor Segurado: R\$ 1.345.523,93, incluindo apenas os bens da UAA/GUM. <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro desde 11/11/2013.</p> <p><u>Apólice atual n. 1800718733</u> – SOMPO SEGUROS S.A.</p>
---	--

§ 2º Os bônus de praxe devem ser inclusos na apólice.

§ 3º Na ocorrência de sinistros de imóveis não haverá pagamento pela CONTRATANTE de franquia principal.

§ 4º Ocorrendo sinistros relacionados às coberturas acessórias, a CONTRATANTE realizará o pagamento da franquia de 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado aos valores mínimos de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o edifício-sede da Seção Judiciária de Rondônia, incluindo a subestação de energia (imóvel 1), e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os demais imóveis, nas coberturas acessórias mínimas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DA APÓLICE

A CONTRATADA entregará a apólice, por meio digital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de assinatura deste Contrato.

§ 1º O recebimento definitivo da apólice, para efeito de verificação da sua conformidade, validade e aceite, será realizado no ato da entrega pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, por meio do gestor do contrato.

§ 2º Na hipótese de a CONTRATADA entregar a apólice em desconformidade com as especificações constante neste contrato, a mesma será recusada, sendo fixado, pela CONTRATANTE, novo prazo para a entrega, sem prejuízo das coberturas dos imóveis.

§ 3º O fato de a CONTRATADA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura dos serviços em ocorrências eventuais sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global da contratação é de R\$ _____ (_____), correspondente a prestação do serviço no período de 12 (doze) meses, decorrente da composição de preços dos serviços, conforme estabelecido a seguir:

IMÓVEL	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1	Seguro predial do edifício sede da Seção Judiciária de Rondônia , incluindo a subestação de energia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, 76.805-902.	
2	Seguro predial do estacionamento do edifício sede da Seção Judiciária de Rondônia (imóvel contínuo ao prédio sede) , localizado entre Rogério Weber e Av. Presidente Dutra, s/n, Quadra 62, Lote 208 (antigo 169), Setor 03 – Baixa da União, Porto Velho/RO, 76.805-902.	
3	Seguro predial do edifício sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná , Av. Presidente Vargas, n. 925, esquina com Av. Marechal Rondon – Centro, em Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900-038.	
4	Seguro predial do imóvel da Subseção Judiciária de Ji-Paraná – estacionamento e o arquivo judicial , localizado na Rua Júlio Guerra, Lote n. 01-A, Quadra 19, esquina com Av. Clóvis Arraes – Centro, em Ji-Paraná/RO, 76.900-044.	
5	Seguro predial do edifício sede da Subseção Judiciária de Vilhena , Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196 – Jardim Eldorado, Vilhena/RO, 76.980-000.	
6	Seguro predial do edifício Anexo I – Getúlio Vargas (Seção Judiciária do Estado de Rondônia) em Porto Velho localizado na Av. Getúlio Vargas, n. 2891 – São Cristóvão, Porto Velho/RO, 76.804-061.	
7	Seguro predial do edifício Anexo II – Ipase Novo (Seção Judiciária de Rondônia) em Porto Velho localizado na Rua Itália, n. 2.218 – Bairro Ipase Novo, Porto Velho/RO, 76.801-566.	
8	Seguro predial do edifício sede da Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim – UAA/GUM e da Polícia Federal , Av. Duque de Caxias, 2409 – Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO, 76.850-000.	
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO – PRÊMIOS (R\$)		

Parágrafo único. No valor acima inclui todos os custos diretos e indiretos da contratação, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à CONTRATADA qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste instrumento correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido: _____; Natureza de Despesa: _____ – _____, conforme Nota de Empenho n. ____/2022, de ____/____/2022, id. _____.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros seguintes, serão emitidas Notas de Empenhos para custeio das despesas com os créditos orçamentários dos respectivos exercícios.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução desta contratação será de 12 (doze) meses, contados das 24 horas do dia **12/02/2022** até as 24 horas do dia **12/02/2023**.

§ 1º Este Contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos, de forma simultânea, os seguintes requisitos:

- a. prestação regular dos serviços e manutenção das condições de habilitação;
- b. manutenção de interesse da CONTRATANTE na realização dos serviços, conforme manifestação do gestor do contrato;
- c. disponibilidade orçamentária para a prorrogação;
- d. manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a CONTRATANTE;
- e. concordância expressa da CONTRATADA; e
- f. não extrapolação do limite permitido para a modalidade de contratação, observando-se que os valores do contrato e das prorrogações são cumulativos.

§ 2º A aplicação das penalidades de declaração de idoneidade, impedimento de licitar ou contratar com a União ou suspensão de licitar e contratar com a CONTRATANTE impede a prorrogação contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, sem prejuízo das obrigações e especificações definidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2022 e na proposta apresentada no certame e na apólice de seguros, deve:

- a. assinar o contrato no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da convocação;
- b. encaminhar a apólice por meio eletrônico e com assinatura válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da assinatura do Contrato;
- c. indicar na apólice um preposto ou representante da CONTRATADA, com ou sem residência na cidade de Porto Velho/RO, indicando em qualquer caso o nome do responsável, telefones fixos e móveis para contato, e e-mail;
- d. disponibilizar, independente da indicação da alínea "c", contato telefônico com Central de Atendimento da Seguradora, disponível 24 horas/dias, sete dias por semana, com custo de ligação sem ônus para a CONTRATANTE;

- e. garantir a cobertura de todos os imóveis constantes neste instrumento, durante toda a vigência contratual, continuamente, sem lapso entre o final da vigência da apólice atual e o início da vigência da nova apólice;
- f. manter todas as condições constantes da apólice vigente, sobretudo no que tange a cobertura, classe de bonificação, entre outras especificações;
- g. incluir e/ou excluir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE, a cobertura contratual para os imóveis por ela solicitados, observando-se, para a cobrança ou devolução da diferença de prêmio, o valor proporcional ao período segurado;
- h. emitir endossos das alterações, substituições, inclusões ou exclusões ocorridas durante o período de vigência da apólice e do Contrato, encaminhando à CONTRATANTE toda a documentação necessária até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao término do prazo para execução do serviço;
- i. providenciar, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, as correções referentes a eventuais cobranças indevidas de prêmio;
- j. indenizar os valores segurados nos casos de sinistros e demais ocorrências previstas na cobertura da apólice e no contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da documentação exigida pela Susep para a execução da providência, mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- k. responsabilizar-se pelos salvados, em caso de pagamento de indenização integral;
- l. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantias e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- m. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto se autorizado no termo de referência ou contrato, com anuência expressa da CONTRATANTE;
- n. aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor para a execução dos serviços, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;
- o. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Parágrafo único. A inadimplência da CONTRATADA, no tocante às obrigações e encargos supracitados, não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, nem onerará o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, sem prejuízo das obrigações e especificações definidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2022 e na apólice de seguros, deve:

- a. prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao contrato que venham a ser solicitados pelo preposto ou representante da CONTRATADA;
- b. impedir que a prestação do serviço seja realizada por terceiro estranho ao Contrato;
- c. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços nas condições e prazos constantes neste instrumento;
- d. acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas;
- e. fornecer todos os documentos, prestar as informações e/ou esclarecimentos necessários à cobertura do seguro;
- f. comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistros;

- g. arcar com os custos de pagamento das franquias estipuladas nas apólices;
- h. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo a adoção das providências necessárias à sua regularização;
- i. manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após o recebimento da apólice e em depósito em conta corrente ou pagamento de boleto bancário entregue pela CONTRATADA.

§ 1º O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário ou pagamento de boleto bancário, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal ou boleto bancário.

§ 2º Condiciona-se o pagamento à:

- a. apresentação da apólice com a descrição do objeto contratado; e
- b. atesto do gestor do contrato na apólice.

§ 3º A CONTRATADA indicará na apólice o nome do banco e o número da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

§ 4º No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

§ 5º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

§ 6º No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculado pela fórmula " $EM = I \times N \times VP$ ", onde:

EM = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Índice de compensação financeira, sendo: $I = (TX / 100) / 365 = (0,06) / 365 = 0,00016438$

VP = Valor da prestação em atraso

- a. Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias Externas (RE) correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.
- b. O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADA.

§ 7º O pagamento de eventuais franquias de seguro deverá ser processado em fatura específica para esse fim, conforme valores especificados nas respectivas apólices.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE OU DESCONTO DO VALOR DO PRÊMIO

O valor global do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderá ser reajustado por índice oficial de preços.

§ 1º O reajuste, se concedido, será com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como percentual máximo permitido.

§ 2º A CONTRATADA deverá apresentar cálculo analítico dos novos preços, levando em consideração a ocorrência ou não de sinistros no período de referência, de forma a apurar a sinistralidade do contrato, devendo também considerar a classe de bônus de cada imóvel.

§ 3º Caso os cálculos do valor global dos prêmios para o novo período seja inferior ao atual Contrato, esse desconto deverá ser repassado à CONTRATANTE.

§ 4º Em qualquer caso, a CONTRATANTE poderá diligenciar junto ao mercado para verificar a compatibilidade dos reajustes e descontos, a fim de garantir a continuidade da vantajosidade do valor a ser contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sujeita-se às penalidades descritas nesta cláusula, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, artigos 86 e 87, incisos I e II, na Lei n. 10.520/02, artigo 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, artigo 49:

- a. advertência;
- b. multa;
- c. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos.

§ 1º A penalidade de advertência, será cabível para punir falhas cuja gravidade não incida nas penas previstas nas alíneas "b" e "c", *caput*, desta cláusula.

§ 2º Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a. não assinar o Contrato;
- b. apresentar documentação falsa;
- c. causar o atraso na execução do objeto;
- d. não manter a proposta;
- e. falhar na execução do Contrato;
- f. fraudar a execução do Contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo;
- h. declarar informações falsas; e
- i. cometer fraude fiscal.

§ 3º Poderá ser aplicada a penalidade de multa, sem prejuízo das sanções acima descritas, à CONTRATADA, que incidir em:

- 1. recusa em aceitar o Contrato;
- 2. atraso na execução do Contrato;
- 3. inexecução parcial ou total do Contrato;
- 4. apresentação de documentação falsa, falha ou fraude na execução do Contrato, comportamento inidôneo ou cometimento de fraude durante a execução do Contrato;

5. não manter, no momento da lavratura do Contrato, durante toda a execução do Contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o Sicaf, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 4º Recusa em assinar o Contrato, caracterizada pelo atraso superior a 10 (dez) dias, a contar do vencimento do prazo. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos.

§ 5º Atraso injustificado para a assinatura do Contrato, contado do vencimento do prazo mencionado na cláusula, alínea "a", até 10 (dez) dias. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso.

§ 6º Atraso injustificado na execução do Contrato, caracterizado pela não entrega da apólice no prazo estipulado na cláusula segunda, caput. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso, até o limite de 15 dias, findo o qual estará caracterizada a inexecução contratual.

§ 7º Inexecução total do Contrato caracterizado pela não entrega de apólice, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do Contrato e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos.

§ 8º Atraso injustificado na execução do Contrato relativo aos demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,5% (três décimos por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias corridos, ou 5% (dois por cento) do valor do Contrato, por ocorrência, por descumprimento.

§ 6º Apresentação de documentação falsa, falha ou fraude na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução contratual. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do Contrato e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

§ 10. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do Contrato ou no momento do pagamento, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante ao Sicaf, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

§ 11. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela CONTRATANTE, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 12. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 13. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a CONTRATANTE descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

§ 14. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 15. O valor total das multas aplicadas na vigência contratual, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

§ 16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para a CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos

termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

§ 17. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços, observando, em qualquer caso, os artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993.

§ 1º A rescisão contratual poderá ser:

- a. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;
- b. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 2º Ocorrendo a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666/93, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, conforme previsão no art. 80, IV, da Lei n. 8.666/93.

§ 3º Em qualquer hipótese de rescisão contratual a CONTRATANTE se obriga ao pagamento dos serviços executados até a data da rescisão.

§ 4º No procedimento que visa à rescisão contratual, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será gerida, acompanhada e fiscalizada pela Supervisora da Seção de Material e Patrimônio – Semap, ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço.

§ 1º O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do Contrato, bem como a atuação da CONTRATADA em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

§ 2º Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade do objeto recebido em conformidade ao disposto no Edital de Licitação.

§ 3º O acompanhamento e a fiscalização da CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se na Lei 8.666/1993, no Decreto-Lei n. 73/1966, no Decreto n. 9.507/2018, e demais normas pertinentes à matéria, e vincula-se, independentemente de transcrição, ao Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2022, ao Termo de Referência e anexo, à proposta comercial da CONTRATADA, bem como às disposições constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 0003171-82.2021.4.01.8012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

LUZIVAL CORREIA FERREIRA
Diretor Substituto da Secretaria Administrativa
Pela CONTRATANTE

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Função
Pela CONTRATADA

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago**, **Técnico Judiciário**, em 14/01/2022, às 12:04 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14827898** e o código CRC **EE9F1773**.